

NEOLIBERALISMO E CONSERVADORISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Data de aceite: 02/10/2023

Ozeane Araújo de Albuquerque da Silva

Assistente social, mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na linha de pesquisa Sociabilidade, Política Social e Serviço Social. Especialista em instrumentalidade do Serviço Social.
<http://lattes.cnpq.br/1509698450904264>
<https://orcid.org/0009-0002-6776-9626>

RESUMO: O capitalismo é um modo de produção que sobrevive a partir crises, as quais indicam necessidades de modificações, com vistas à permanência do ciclo de acumulação e dominação do capital, que se dão através da exploração do/a trabalhador/a. Para tanto, utiliza-se do pensamento conservador para, de modo estratégico e ideológico, justificar as suas necessidades de ampliação. No Brasil, o conservadorismo é um traço marcante no processo de formação sócio-histórico, relacionando-se ao estabelecimento das desigualdades e, conseqüentemente, com a ampliação das expressões da questão social. Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva refletir sobre a crise estrutural do capital, iniciada na década de 1970, enfatizando a adoção do neoliberalismo,

bem como a ampliação do pensamento conservador na atualidade. Conclui que a superação do capitalismo, enquanto modo de produção hegemônico, requer a organização da classe trabalhadora e o seu reconhecimento enquanto sujeito privilegiado da transformação social. Trata-se de um estudo bibliográfico, guiado pelo método crítico-dialético, uma vez que há a preocupação em analisar a realidade atual, sem perder de vista o contexto histórico e a totalidade que envolve a expansão do conservadorismo na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo. Crise. Neoliberalismo. Conservadorismo.

ABSTRACT: Capitalism is a mode of production that survives from crises, which indicate the need for changes, with a view to maintaining the cycle of accumulation and domination of capital, which occurs through the exploitation of the worker. To this end, it uses conservative thinking to, in a strategic and ideological way, justify its expansion needs. In Brazil, conservatism is a striking trait in the socio-historical formation process, related to the establishment of inequalities and, consequently, to the expansion of expressions of the social question. From this perspective, this article aims to reflect

on the structural crisis of capital, which began in the 1970s, emphasizing the adoption of neoliberalism, as well as the expansion of conservative thinking today. It concludes that overcoming capitalism, as a hegemonic mode of production, requires the organization of the working class and its recognition as a privileged subject of social transformation. This is a bibliographical study, guided by the critical-dialectical method, since there is a concern to analyze the current reality, without losing sight of the historical context and the totality that involves the expansion of conservatism today.

KEYWORDS: Capitalism. Crisis. Neoliberalism. Conservatism.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de capitalismo tardio e dependente. Possui um processo de formação sócio-histórico que indica a presença constante de elementos conservadores, os quais se relacionam ao formato do desenvolvimento adotado, bem como às principais desigualdades presentes ainda no tempo presente, baseadas, sobretudo, nas opressões de raça, classe e gênero.

A conexão com o circuito internacional, através da adoção do neoliberalismo, determina as características do capitalismo no tempo presente, baseadas na intensificação da exploração da força de trabalho, minimização das funções protetivas do Estado, fragilização das políticas sociais, privatizações, dentre outros.

Do ponto de vista ideológico, se assenta no pensamento conservador, como forma de justificar as investidas do capital, como sendo necessárias para a superação da crise e desenvolvimento do país.

Nesse sentido, a face destrutiva do capitalismo, sobre tudo que tem vida, se apresenta como algo necessário, assim como a questão da competitividade, da exploração exacerbada da força de trabalho e dos recursos naturais. Consequentemente há um reforço para a naturalização das desigualdades e das expressões da questão social.

Diante disso, o presente artigo objetiva contribuir com as reflexões sobre a crise estrutural do capital, iniciada na década de 1970, enfatizando a adoção do neoliberalismo, bem como a ampliação do pensamento conservador na atualidade.

Trata-se de um estudo bibliográfico, guiado pelo método crítico-dialético, uma vez que há a preocupação em analisar a realidade atual, sem perder de vista o contexto histórico e a totalidade que envolve a expansão do conservadorismo na atualidade.

Por fim, apresenta que estamos diante de uma crise que não é apenas econômica, mas também, política, social, cultural e ambiental, as quais expressam a insustentabilidade deste sistema e indicam a necessidade de uma outra ordem societária, regida por outros valores.

CAPITALISMO E CRISE

O capitalismo é um modo de produção gerador de desigualdades, que sobrevive através de ciclos, os quais variam entre altas taxas de lucros e crises. Segundo Netto e Braz (2006, p. 167):

A análise teórica e histórica do MPC comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é constitutiva do capitalismo: **não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise.** (NETTO; BRAZ, 2006, p. 167)

Segundo Behring (2023) há uma crise estrutural instalada desde a década de 1970, havendo, no entanto, momentos em que a mesma se apresenta de modo mais expressivo.

A análise histórica do modo de produção capitalista, e dos seus momentos de crise, nos indicam que a solução, para a retomada do crescimento econômico, é via de regra, a ampliação da exploração da força de trabalho, visando aumento das taxas de lucro.

É nessa perspectiva que situamos a crise da década de 1970, em que os países passaram a rever a viabilidade de permanência do Estado de Bem-Estar Social, uma vez que visualizavam que um dos fatores de intensificação da crise era justamente a intervenção do Estado no âmbito social.

Conforme aponta Antunes (2000), a crise da década de 1970 é intensa e complexa, proporcionando consequências diversas, que atingem as relações de trabalho, como também afetam amplamente o âmbito político, social, cultural e ambiental dos países.

Como consequência o autor supracitado pontua o processo de reestruturação produtiva, o qual pode ser entendido como uma tentativa de superação da crise, alicerçada em modificações no sistema de produção, através da intensificação da exploração do/a trabalhador/a.

Para Netto (2012), as transformações societárias, advindas da crise da década de 1970, foram imprescindíveis para o perfil adotado pelo capitalismo contemporâneo, marcado pela estratégia neoliberal. Nessa perspectiva, segundo Antunes (2000, p. 40):

O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional.

Assim, constata-se que há um certo padrão que vem sendo seguido pelos países capitalistas, com vistas à ampliação do capital, através da adoção da estratégia neoliberal, pautada na minimização das funções protetivas do Estado, o que fragiliza as políticas sociais; flexibilização das relações trabalhistas, ampliando a exploração do/a trabalhador/a, a informalidade e o desemprego; e investimentos públicos na economia, em detrimento de

outras pautas.

As consequências para a classe trabalhadora são diversas. Primeiramente podemos citar o aprofundamento das expressões da questão social, sobretudo do desemprego, fome, miséria, trabalho infantil e aumento da violência.

Além dessas questões, constata-se que as alterações no “mundo do trabalho” geram efeitos que vão além da ampliação das desigualdades, incidindo diretamente na fragmentação da classe trabalhadora. Sobre isso, é importante frisar que, do ponto de vista ideológico, há uma naturalização da exploração e das expressões da questão social, como também uma intensificação do individualismo, como um valor central nas relações humanas.

Assim, o que observamos é que a crise atual não é apenas econômica, mas também política, social, cultural e ambiental, uma vez que a lógica destrutiva do capital invade todas as esferas do que tem vida.

O Brasil, como país de capitalismo tardio e dependente, se insere nessa lógica, através da adoção do neoliberalismo, como opção estratégica de superação da crise do capital, conforme veremos a seguir.

Neoliberalismo no Brasil

O neoliberalismo no Brasil passa a ser adotado como estratégia política e econômica no início da década de 1990, o que marca, segundo Carvalho e Guerra (2016) a adesão do país ao circuito de ajuste da América Latina ao capitalismo mundializado, de forma tardia e subalternizada aos países centrais.

É importante situar que a adoção do neoliberalismo se deu num momento em que o Brasil vivenciava suas conquistas democráticas, através da Constituição Federal de 1988, um instrumento rico para a defesa de direitos da população e definição das funções protetivas do Estado. Nesse sentido, destacamos seu artigo 194, o qual define a Seguridade social como “um conjunto de ações, de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”

Constata-se que a adoção do neoliberalismo, ao definir a minimização das funções protetivas do Estado, gera um descompasso entre o que é posto em lei e o que a população realmente possui acesso, enquanto direitos conquistados. Sobre isso, destacamos que tal estratégia vem gerando, além da fragilização das políticas sociais, a flexibilização das relações trabalhistas; ampliação da informalidade; a naturalização e banalização da exploração e, conseqüentemente, o agravamento das expressões da questão social, com destaque para a pobreza e desemprego.

Segundo Carvalho e Guerra (2016), as medidas de ajustes do Brasil ao capital internacional seguem uma constância, o que não foi interrompido nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Sobre tal aspecto, Mattos (2016, p. 101) afirma que:

Não é difícil perceber que os governos do PT amplificaram determinadas ideologias das classes dominantes, apresentando-as como caminhos para uma “governança” baseada na “concertação social”, na conciliação de classes, no “desenvolvimento sustentável” do ponto de vista social, etc. (...) para além dos aparelhos próprios das classes dominantes, os governos petistas completaram um processo de incorporação à ordem burguesa, já iniciado nos anos 1990, da maior parte das centrais sindicais (destaque para a CUT) e muitos movimentos sociais, cimentando o caminho para sua atuação como braços do aparelho de Estado, reprodutores das ideologias dominantes e, portanto, instrumentos de “pacificação” da luta de classe.”

Com isso, podemos analisar que as estruturas conservadoras, mesmo apresentando-se de forma diferenciada, são uma constante na história do Brasil e, mesmo durante os governos petistas, mantiveram a lógica de preservação do capital.

Mesmo considerando que os governos petistas não foram capazes de frear o ciclo de ajuste do Brasil ao capital internacional e, portanto, o avanço do conservadorismo, é inegável determinados avanços, expressos sobretudo através dos programas de transferência de renda.

No entanto, compreendemos o seu perfil contraditório, que segundo Carvalho e Guerra (2016) pode ser entendido como uma “cidadania do consumo”, uma vez que não proporcionou uma real alteração no que tange às desigualdades sociais, de caráter histórico, de nosso país.

A bibliografia estudada apresenta um consenso, ao considerar o perfil “neodesenvolvimentista” dos governos petistas, o qual, segundo Mattos (2016, p. 101), caracteriza-se pela “combinação de papel ativo do Estado na indução do desenvolvimento econômico do país, sustentável por que ampliando empregos, distribuindo renda e, focalizadamente, retirando milhões da pobreza mais extrema.”

A política adotada pelos governos petistas, de “crescimento com inclusão” era arriscada, uma vez que tentava-se conciliar o crescimento econômico com a distribuição de renda, mantendo, com isso o ciclo do ajuste ao capital. Para Carvalho e Guerra (2016, p. 52) a instabilidade deste modelo, estava em se basear no “dinamismo da economia no consumo do mercado interno e não no investimento produtivo. E mais, esse consumo está assentado na expansão do crédito, ou seja, no endividamento dos consumidores”.

Ao analisar os mandatos de Lula e Dilma Rousseff, em especial as características apontadas através do que se convencionou chamar de “neodesenvolvimentismo”, concordamos com Keller (2019, p. 131), quando a autora afirma que tais governos operaram uma “transição política conservadora pelo alto”, destacando-se o seu caráter conservador, uma vez que as políticas de transferência de renda e, conseqüentemente de redução da pobreza, não ofereceram resistência ao capital, servindo, muito mais, como “estratégia de conciliação entre classes”.

Em meio à crise internacional do modo de produção capitalista, o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff foi marcado por uma quebra na sua base de sustentação

junto à classe dominante. Isso se deu, de acordo com Carvalho e Guerra (2016), pelo fato da presidenta, tentando driblar a crise, adotar medidas consideradas “heterodoxas”, o que gerou receio e instabilidade no mundo do capital.

É consenso que o governo Dilma, diante da crise instaurada, passou a vivenciar um momento caracterizado como “esgotamento” do “modo petista de governar”. Conforme as autoras supracitadas, pode-se mencionar diferentes dimensões para este “esgotamento”, as quais expressam que “ a crise é o desmoronamento da experiência de articular políticas de ajuste com neodesenvolvimentismo.” (idem, p. 55).

Apesar de identificarmos o *impeachment* de Dilma Rousseff como um acontecimento que marca a guinada conservadora em nosso país, é preciso considerar que o aprofundamento do conservadorismo tem início um pouco antes. Para alguns/as estudiosos/as sobre o tema, inclusive, fala-se numa “onda conservadora”, a qual indica plenos sinais de vida a partir das manifestações de 2013, as quais contaram com a participação da direita. Segundo Melo (2016, p. 70):

E é verdade que, na semana de 17 a 21 de junho, entre os milhões que saíram às ruas contra o aumento das passagens no transporte público, estavam muitos grupos de direita. E enquanto a esquerda (incluído o Movimento Passe Livre [MPL] era expulsa com suas bandeiras vermelhas naquela semana, uma multidão com as cores da seleção de futebol entoava o hino nacional em frente à sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Como todos vimos, a direita se misturou à massa popular e disputou a direção do processo com a ajuda preciosa da mídia.

Mesmo com a participação de grupos de direita, o autor supramencionado, chama a atenção para a presença predominante da classe trabalhadora nessas mobilizações de junho/2013, chamadas de “Jornadas de Junho”, as quais possuíam como pauta principal a defesa de direitos, como: transporte público; necessidade de investimentos na saúde e educação e denúncia à violência policial.

O autor supracitado destaca, como desdobramento, movimentos que aconteceram após as Jornadas de Junho, encabeçadas pelo movimento sindical e pelo movimento dos trabalhadores sem teto (MTST). Além disso, o mesmo destaca a ação repressiva e violenta, assumida pelo Estado, para frear tais mobilizações, bem como o papel da mídia, a qual divulgava muitas das ações dos/as trabalhadores/as como sendo vandalismo, polarizando o movimento entre “vândalos/as e cidadãos/ãs de bem”.

Analisando a história do Brasil, há um predomínio das “revoluções vindas pelo alto”. E, talvez por isso, as mobilizações de 2013 tenham gerado tamanho temor na classe dominante, a qual passou a questionar a capacidade de conciliação de classes, por parte do partido dos/as trabalhadores/as. Ou seja, houve o questionamento se o PT era mesmo capaz de apaziguar as massas, para garantir a permanência da acumulação do capital.

Segundo Mattos (2016), essa instabilidade gerada, o temor dos movimentos de classe e o esgotamento do PT, são responsáveis pelas dificuldades do referido partido nas

eleições de 2014. Para Boulos (2016), inclusive, tais dificuldades expressam muito bem a “onda conservadora” instalada no Brasil, uma vez que houve o predomínio de candidatos/as conservadores eleitos/as, os/as quais compõem a chamada “bancada do boi, da bala e da bíblia”.

Em meio ao “esgotamento do modo petista de governar”, assistimos, em 2016, ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, através do qual sobe ao poder Michel Temer. Tal processo é considerado, por estudiosos/as da literatura crítica, como um golpe na democracia brasileira. Para Demier (2016, p. 20):

O cheiro de povo acirrou, claro, o ódio ao povo, o tradicional ódio de classe cultivado pelos estratos superiores brasileiros (...) Tomados por um mal-estar social crescente, e muitas vezes acossadas por dívidas e contas a pagar, parcelas significativas dos setores médios passaram a dirigir sua insatisfação contra os de baixo, identificando sindicatos e partidos de esquerda como os responsáveis pelo seu declínio social (...) Derrotados eleitoralmente pelos votos dos “nordestinos que recebem bolsa família”, os setores médios conservadores revoltaram-se de vez (...) Alimentando uma repulsa por pobres, negros, sindicalistas, homossexuais, transexuais, haitianos e até mesmo índios, eles saíram às ruas e modificaram o cenário político do país.

A extensa citação acima, no entanto importante, nos permite refletir sobre os reais motivos que levaram ao impeachment da presidenta, bem como nos permite entender o contexto vivenciado a partir da eleição de Jair Messias Bolsonaro.

O impeachment aconteceu, conforme mencionado, em meio à crise de legitimidade do governo petista, traduzindo-se numa reação conservadora da elite, já que a suposta “mobilidade social” e o ganho de poder aquisitivo, adquirido por setores da classe trabalhadora, passaram a “incomodar” a classe dominante.

O que se evidencia é que, mesmo com a permanência latente da desigualdade social no país, houve um certo aumento no poder aquisitivo da classe trabalhadora, assim como, democratizaram-se o acesso a bens de consumo, como também a determinados direitos sociais, como por exemplo, o acesso às universidades públicas e aos institutos federais. E ao que parece, isso se somou à insatisfação da elite brasileira diante das medidas tomadas para o enfrentamento da crise instalada no país.

Desta forma, o *impeachment* de Dilma Rousseff pode ser analisado a partir da reação conservadora da classe dominante brasileira, traduzindo-se num golpe na democracia brasileira ou, como denomina Demier (2017), a construção de uma “democracia blindada”, compreendida pelo autor como um processo que visa alterações políticas para satisfazer as necessidades do capital, sem alterar, contudo, a si mesma. Ou seja, as alterações são realizadas sem a necessidade de um golpe clássico de Estado.

O Brasil é um país que mantém características conservadoras ao longo de sua história. No entanto, tanto o golpe de 2016, como a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, criaram as condições mais adequadas para que ele se manifestasse de forma muito mais evidente e até mesmo cruel. Portanto, se antes os/as conservadores/as “preservavam”

suas opiniões sobre determinados temas, hoje eles/elas expõem sem qualquer receio e agem de forma criminosa, expressando uma certeza na impunidade.

Quando Jair Bolsonaro declarava abertamente o seu ódio contra negros/as, mulheres, população LGBTQIA+, quilombolas, indígenas, gerava um reforço, para aqueles/as que comungavam do mesmo pensamento conservador, mas, que, de certa forma, não tinham a coragem de se expor abertamente, venham agora a reproduzir tais preconceitos. Ou seja, há uma certeza da impunidade diante de práticas racistas e discriminatórias. Sobre isso, Keller (2019, p. 107) afirma que:

A representatividade conservadora no cenário político tem colocado em destaque aspectos que já estavam presentes no cotidiano da realidade brasileira, mas que, neste momento histórico, exsurtem com força e sem receios. Parte da população parece reproduzir despididamente preconceitos sociais e diversas formas de discriminações que, na verdade, estão impregnadas nas raízes do senso comum brasileiro, sendo facilmente incorporadas e naturalizadas.

Concordando com a autora supramencionada, há uma naturalização das práticas e discursos conservadores. Isso se tornou muito evidente durante a pandemia da COVID-19, por exemplo, quando muitos/as não conseguiram/conseguem enxergar o tamanho descaso do ex-presidente do país e articulá-lo com as mais de 700 mil mortes, que se deram em decorrência da ausência de ações governamentais. Naturalizou-se e banalizou-se a morte, a pobreza, o desemprego e as demais expressões da questão social que se agudizam no tempo presente.

Salientamos que, conforme Netto (2011) uma das características do pensamento conservador, que se atualiza, é a valorização das experiências e negação do conhecimento adquirido a partir da interlocução entre teoria e prática. Sobre isso, imediatamente, podemos fazer uma ligação direta com a pandemia da COVID-19, durante a qual houve, e ainda há, uma forte aversão ao conhecimento científico e desqualificação das medidas preventivas, em especial das vacinas. Aos nossos olhos, há uma ação irracional de negação da possibilidade concreta de salvar vidas através das vacinas e das demais medidas preventivas, como uso da máscara, por exemplo.

Paralelamente, vimos a intensa preocupação em “salvar” a economia, através das medidas de flexibilização. Com isso, o governo brasileiro assumiu uma postura que pode ser considerada criminosa, ao retardar a compra de vacinas. Além disso, todos fomos testemunhas do tamanho descaso do presidente Jair Messias Bolsonaro. Inicialmente o mesmo associou, diante da mídia, a COVID-19 com uma “gripezinha”.

Após a pressão da população e dos organismos internacionais, fez aquisição das vacinas, diga-se de passagem, tardiamente. Mesmo assim, ainda continuou com um discurso midiático de que os impactos da COVID-19 estavam sendo superdimensionados, bem como ofereceu declarações em que afirmava não acreditar no potencial das vacinas, ou mesmo, um discurso irracional de que quem tomasse a vacina iria se transformar num

jacaré.

Consequentemente, o Brasil acumulou um número absurdamente alto de mortes, em especial, da classe trabalhadora e, mesmo assim, até o momento ainda há quem não acredite no potencial letal do vírus e continue oferecendo resistência à vacinação.

Concordando com Boschetti e Behring (2021), o conservadorismo de Bolsonaro “flerta” diretamente com o fascismo, mesmo sendo um governo aparentemente “democrático” (o termo utilizado por Demier – “democracia blindada”- nos parece muito mais apropriado para designar o este momento). É nesse contexto que devemos compreender o suposto nacionalismo exacerbado; o armamento da população “de bem”; a militarização; violência e criminalização dos movimentos sociais e dos direitos humanos, somados ao conservadorismo moral e religioso, expresso através do *slogan* de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Esse conservadorismo moral e religioso foi algo marcante no governo de Jair Messias Bolsonaro. Sobre este último aspecto, destacamos que foi bastante difundida, através da mídia, as ações de campanha/2022 realizadas por Michelle Bolsonaro, ex-primeira-dama do país. Essas ações se deram, sobretudo, nas igrejas evangélicas pentecostais, com a presença direta da primeira-dama e/ou de seus/suas seguidores/as, em que se propagavam os discursos de que o momento da campanha presidencial se constituía numa “batalha espiritual”, do “bem contra o mal”. Nesse sentido, a mensagem utilizada procurava demonstrar que o “bem” seria a eleição de um candidato de Deus, defensor dos valores cristãos e da família tradicional.

Com isso, acreditamos que a dimensão política da campanha presidencial de 2022 ficou bastante fragilizada, uma vez que, ao invés de propostas, o candidato Jair Messias Bolsonaro resumiu sua campanha a um discurso de cunho conservador voltado, sobretudo, para a criminalização de determinadas pautas, principalmente aquelas relacionadas à legalização do aborto e das drogas, como também ao que denominavam como “ideologia de gênero”.

Nesse sentido, apesar da vitória de Luís Inácio Lula da Silva, nas eleições presidenciais de 2022, o país permanece propagando os discursos e práticas conservadoras, até porque o processo de ofensiva conservadora continua a se desenvolver.

Assim, o que fica muito evidente na realidade brasileira é que as características do pensamento conservador clássico permanecem atuais. É evidente que sofreram modificações, devido ao próprio tempo histórico e as modificações que foram, ao longo do tempo, ocorrendo na sociedade.

De fato, o conservadorismo no Brasil não surge com a figura do atual presidente do país, mas é óbvio que tem se legitimado muito mais com o posicionamento político adotado, sendo importante destacar que a ofensiva conservadora não se faz presente apenas no plano do discurso de ódio e nas práticas pautadas na violência, no nacionalismo e no apelo à família tradicional. Ele invade o ordenamento político.

Sobre isso, ressaltamos as características do pensamento conservador, as quais incidem diretamente na manutenção de um Estado forte para a economia, coercitivo para a manutenção da ordem do capital e dos privilégios da burguesia e mínimo para a classe trabalhadora. Ele se reatualiza a partir de uma ideologia forte, capaz de transmitir seus valores que induzem a comportamentos, bem como a naturalização e banalização das dificuldades de sobrevivência da maioria das pessoas, que compõem a classe trabalhadora.

Desta forma, consideramos que o que está em curso no Brasil é um projeto fascista, conservador, o qual vem incidindo diretamente na ainda frágil democracia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país que possui particularidades, que se evidenciam em consonância com o processo de formação social, o qual se deu amparado na violência, usurpação de nossas riquezas e exploração do nosso povo. Tais traços são perceptíveis no tempo presente, principalmente quando constatamos que a desigualdade é amparada em questões de classe, raça e gênero.

O estágio atual do desenvolvimento do modo de produção capitalista, através da adoção do neoliberalismo, vem provocando explorando e aniquilando a existência de tudo que tem vida. Com isso, concluímos que estamos diante de uma crise que não é apenas econômica, mas também política, social, cultural e ambiental.

As consequências da adoção deste modelo perverso de desenvolvimento indicam a sua própria insustentabilidade, uma vez que o caminho percorrido resulta na destruição das nossas riquezas naturais e da própria vida humana.

A vitória de Luís Inácio Lula da Silva, nas eleições presidenciais de 2022, não foi/suficiente para barrar esse ciclo de desenvolvimento capitalista em nosso país, uma vez que isso não se dá apenas no campo político institucional.

Para tanto, se faz necessária a superação da atual ordem societária, através da organização da classe trabalhadora, enquanto sujeito privilegiado da transformação social.

Necessita-se, portanto, intensificar o debate e as ações que contribuam com a formação política dos/as trabalhadores/as, com a finalidade de construir uma consciência verdadeiramente crítica e revolucionária, capaz de protagonizar o processo de luta inerente a esta transformação social.

Esse trabalho de base requer a adoção de uma teoria crítica, capaz de favorecer a conscientização dos sujeitos enquanto classe. Através disso, se torna possível a identificação do alvo de luta, que seria justamente o capitalismo, compreendendo-o como o responsável e gerador das desigualdades de raça, classe e gênero.

O caminho a percorrer certamente é longo e possui diversas dificuldades. Além da estratégia de formação política da classe trabalhadora, consideramos que precisamos superar a cultura do conformismo, naturalização dos fenômenos e banalização da própria

vida.

Necessitamos, diante disso, alimentar nossos sonhos, ou como diria o nosso saudoso Paulo Freire, “esperançar” diante da possibilidade concreta de conquistar outra sociabilidade, sem violências, desigualdades ou opressões.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. A cidadania negada políticas de exclusão na Educação e no Trabalho. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2000.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Capitalismo em crise e projetos para um Brasil em turbulência**. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 51, v. 21, 2023.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?** Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021

BOULOS, Guilherme. **A onda conservadora**. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs). A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa. **Brasil no século XXI na geopolítica da crise: para onde apontam as utopias?**. Universidade Federal do Maranhão. Revista de Políticas Públicas, São Luís:, p. 267-280. 2016.

DEMIER, F. e Hoeveler, R. **A onda conservadora**. Ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. NETTO, Leila Escorsim. O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

KELLER, Suellen B. Alves. **A Ofensiva do Conservadorismo: Serviço Social em Tempos de Crise**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. Serviço Social e Sociedade. 2012, n.111.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo SP: Cortez, 2006.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. **De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para o debate da (crítica) conjuntura brasileira**. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs). A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MELO, Demian. **A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira**. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs). A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.